

# AS PRIORIDADES PARA VENCER A CRISE ECONÔMICA

15 AGO 1982

Redução do déficit fiscal, renegociação da dívida externa, maior flexibilidade na política salarial, evitar as terapias traumáticas, revisão do sistema tributário — são algumas das medidas recomendadas pelos economistas ouvidos pelo JORNAL DO BRASIL a respeito dos possíveis remédios para a atual crise econômica brasileira.

José Júlio Senna, PhD em Economia pela John Hopkins University, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV; José Serra, doutor em Economia (Cornell/EUA), professor visitante da Universidade de Oxford e professor da Unicamp; Sebastião Marcos Vital, bacharel em Economia (FACE/UFMG),

com mestrado na EPGE/FGV) e especialização em Finanças na Graduate School of Business Administration da New York University — advertem que estas não são fórmulas mágicas; sua apresentação é feita, assim, apenas para simplificar o debate, que deve se realizar num quadro de plena democracia.

## Decisões devem ser firmes e claras

José Júlio Senna

1. *A Redução do déficit fiscal é o mais importante.* Todo país que apresenta déficit público significativo, financiado por emissão de moeda, sofre como consequência a inflação. Por conseguinte, a primeira providência deve ser colocar a área fiscal em ordem. Isto requer cortes drásticos nos subsídios e nas despesas governamentais, principalmente as das empresas estatais. É fundamental, no entanto, que as decisões a esse respeito sejam firmes. Tão importante quanto cortar os gastos é fazer o público acreditar nisso. Quando existe determinação por parte do Governo, e confiança por parte da população, as expectativas inflacionárias melhoram. Em 65, a inflação caiu de 91% para 35%, basicamente por força da conjugação desses fatores. Para que a contenção fiscal não acarrete recessão violenta, é recomendável evitar o simultâneo aperto monetário. A expansão da moeda seria controlada com maior rigor apenas após um ou



dois anos, com o déficit fiscal já substancialmente reduzido.

2. *Maior flexibilidade da política salarial.* Os ajustes de salários deveriam ser negociados com maior liberdade. Muitas pessoas aceitariam aumentos abaixo da inflação, como forma de proteger seus empregos. Dentre os atuais desempregados, muitos prefeririam ter ficado onde estavam, mesmo com salários um pouco menores. A fórmula em vigor não permite esse tipo de ajustamento.

3. *Maior realismo na*

*área cambial.* As variações da taxa de câmbio (e a correção monetária) têm de acompanhar a inflação. Caso contrário, as distorções que se acumulam ficam insuportáveis. Não devemos permitir que uma defasagem cambial se junte a outros fatores que vêm prejudicando as exportações. Até julho, a inflação atingiu cerca de 56%, ao passo que a correção cambial ficou em 43%. Essa defasagem prejudica também a captação de recursos externos, pois as empresas passam a temer mudanças radical no câmbio. Isto precisa ser corrigido, gradualmente, inclusive para não perdermos a confiança da comunidade internacional. Devem ser evitadas as soluções mirabolantes. Máxi e renegociação da dívida representariam custos muito altos. O fundamental é que as exportações cresçam — é mais importante do que eventual superávit comercial. Isto é que permitirá melhorar nossa posição externa, prescindindo de soluções traumáticas.

## Postura imobilista não resolve a crise

José Serra

Não há uma saída fácil nem a curto prazo para a atual crise econômica brasileira. Isto não significa que o Governo deva adotar, como vem fazendo, uma postura imobilista. A política econômica deve ser orientada para a colocação de diques que funcionem como estanques contra a turbulência da economia mundial.

1. *A desvinculação das taxas de juros internas das externas é fundamental.* Minha idéia é o estabelecimento de um mercado futuro para compra e venda de divisas, mediante uma correção pré-fixada por seis meses. Isso implicaria um dispêndio, mas o IOF foi criado para isso e não para financiar o caixa do Governo. É uma aberração o que está acontecendo. Nem mesmo Milton Friedman, em hora de maior desvario, prescreveria uma taxa real de 30 a 40%.

2. *Renegociação da dívida externa.* O tamanho do mercado brasi-



leiro e o volume dos empréstimos do país demonstram claramente que o Brasil deve exercer seu poder de barganha. Esta renegociação não é apenas para esticar a amortização, mas principalmente para garantir maior fluxo líquido e diminuir o spread.

3. *Substituição de importações:* Existem pequenos itens importados que, há dois anos, representavam US\$ 2 bilhões.

superdimensionados, dando-se prioridade àqueles que ofereçam maior produtividade social, deveria ser um objetivo buscado pelo Governo. A paralisação de obras representa custo maior do que o de continuá-las.

5. *É preciso exorcizar completamente as terapias traumáticas,* para evitar o que aconteceu em 1979, com a máxidevalorização do cruzeiro. Acabar com as improvisações de ordem geral, criação de impostos, parar de falar em cortes bruscos de subsídios. Não se pode superar a crise com passes de mágica. A concessão de subsídios não é errada. É necessário estabelecer uma seletividade tanto para os subsídios como para o crédito.

6. *De uma forma global, o país precisa de um plano de desenvolvimento que represente o desejo de toda a nação.* A discussão dessas prioridades só pode ser feita dentro de um quadro de plena democracia.

## Estabelecer prioridades e reduzir dispêndios

Sebastião Marcos Vital

1. *Deficit global do Governo.* É imprescindível estabelecer prioridades e reduzir os dispêndios, pois o déficit consolidado do Governo, ou seja, o excesso de gastos em relação às receitas, nos orçamentos da União, Monetário e das Estatais, é o principal responsável pela atual onda inflacionária. É preciso reduzir a nível razoável, ou suprimir, os subsídios ao crédito, exportações e energia.

2. *Emaranhado institucional.* É necessário eliminar o sistema de dupla autoridade monetária, derivado do sistema híbrido criado pela interdependência entre o Banco do Brasil e o Banco Central. O Banco do Brasil deve ser exclusivamente o banco comercial do Governo. O Central deve-se limitar às suas funções clássicas.

3. *Revisão do sistema tributário.* Reduzir a excessiva centralização tributária que retira dos Estados e Municípios a



autonomia financeira e a independência política, tolhendo, portanto, o princípio do federalismo. Concomitantemente, é necessário caminhar para maior participação dos tributos diretos na receita tributária, evitando-se os impostos regressivos.

4. *Ajustamento cambial.* Aceleração das minidesvalorizações, de modo a cobrir o hiato cambial hoje vigente e compensar a retirada paulatina dos subsídios já acertada com o GATT.

5. *Indexação.* Troca do atual sistema discricionário de fixação dos coeficientes de correção monetária por uma fórmula do conhecimento público. A nova sistemática deveria basear-se não só na inflação passada, mas também na previsão de sua evolução e embutir mecanismo automático de correção dos erros de estimativa. A lei salarial, em particular, deveria ser revista, de modo que a semestralidade e os reajustes obrigatórios se aplicassem aos trabalhadores urbanos com renda entre zero e três salários mínimos. Os demais contratos seriam ajustados por negociação coletiva.

6. *Credibilidade.* Amplo debate e campanhas de esclarecimento público quanto às medidas em estudo e/ou em execução. A confiança da sociedade na firmeza de propósitos do Governo é condição indispensável, embora não suficiente, para o êxito da estratégia.